

ARTES PLÁSTICAS

Djalma Nogueira

Brasília resgata a sua periferia

□ O diretor da FCDF constitui a própria “rebelião permanente” em que pretende transformar a Fundação Cultural. A prática mostra que é preciso avançar

“Cultura só tem um dono. E esse dono não é o Governo com seus ministérios, secretarias, departamentos, fundações. O dono da cultura é a sociedade em qualquer nível organizativo em que se encontre”. Peremptório e impetuoso, Reynaldo Jardim, autor dessa afirmação de princípios, encarna hoje, sem espanto nem escândalos, o perfil herético do executivo oficial da Fundação Cultural, entidade de trajetória obscura e guardiã diligente de uma cidade que atingiu a maioria sem adolecer e está mergulhada numa crise de identidade, já que, durante anos e anos, seus dirigentes difundiram um anacronismo próximo da ficção mais rasa, segundo o qual Brasília era a soma resultante da Praça dos Três Poderes e Esplanada, com o setor hoteleiro, Aeroporto e embaixadas. O resto era de tal vulgaridade que o público (e não o povo) tinha mais que ignorar — ou esquecer.

Mas os fatos empurraram adiante essa versão crimíngua. Ceilândia, antes projetada para abrigar os favelados da Vila IAPI,

se impôs como cidade e a constelação de satélites, com seu realismo tributário, foi aos poucos montando uma equação que só veio revelar sua inteira força nos quadros que disputaram as eleições de novembro passado. As cidades-satélites, afinal, existem — sempre existiram —, assim como são reais os seus habitantes com suas aspirações e suas tragédias. A pior delas, obviamente, foi atravessar duas décadas sem figurar nos mapas do poder.

Tempos passados. Vive-se agora uma época em que os manifestos são assinados pelo Diretor Executivo da Fundação Cultural e não pelos artistas libertários. “E chegada a hora de assumir o poder, em nome das culturas ameaçadas que são as culturas populares”, diz Reynaldo Jardim, num fecho exaltado da sua “Carta de Sobradinho”, documento em que ele divulga uma proposta arrojada de PACTO CULTURAL (grifo do Diretor) montada em quatro pontos básicos e inteiramente aberta a formulações e interferências, desde que oriundas dos artistas.



Elson Soares

Reynaldo Jardim e a elegância no poder

O discurso e o gesto

Primeiro, cada cidade do Distrito Federal indicará um representante geral e mais delegados para setores específicos, como teatro, dança, música, artes plásticas. Uma vez eleitos por associações ou diretamente pelos artistas, esses representantes serão contratados, pela Fundação Cultural, como assessores junto àquelas cidades, que passarão a contar com 70% da dotação orçamentária da FCDF para aplicação em seus projetos de desenvolvimento cultural. Mais: caberá à própria comunidade de artistas detalhar esta proposta.

litica de descentralização do poder, alinhavada em outras palavras, por Jardim, em manifesto igualmente arrebatado com que ele apresentou o resultado do Salão de Artes Plásticas de Brasília/87 e executou a tutela do Estado. “O processo cultural não pode e não deve ser paternalizado porque isso é característica dos sistemas autoritários”, disse.

Nesse manifesto, o diretor da Fundação Cultural defende uma postura inteiramente aberta, sem qualquer amarração ou estatuto, “por uma não política cultural”, segundo titulóu, em clara oposição à postura de distanciamento e arrogância das administrações passadas. Até natural que esse gesto encontre e abrace os anseios da população de Brasília, em particular das comunidades de artistas, que sempre apregoaram mudanças de ares nesse setor. Mas, se na intenção e propósito desses documentos o diretor executivo da Fundação acerta em cheio, o mesmo não se dá com a totalidade de suas argumentações, sobretudo quando ele afirma que o trabalhador é um cidadão altamente capacitado no campo e, quando expulso pelo Estado expropriador para os centros urbanos “desarticula sua família, e se torna um desqualificado profissional, um pária, um marginal”.

O gesto e o risco

Um determinismo próximo do irrealismo achar que o homem do campo reduz aos limites do próprio campo as suas aspirações e expectativas. Assim posto, é excluir desse cidadão o desejo que conduz o ser humano a procurar sempre ampliar suas potencialidades. Esquecer que milhares de profissionais, numerosos talentos, lograram alcançar patamares de in-

questionável grandeza na sociedade brasileira, vindos diretamente do campo ou trazidos pelos parentes e lançados a caminhos vitoriosos em áreas urbanas.

A questão da política cultural, nesse caso, parece ocultar uma verdade. De negar clareza ao reconhecimento de que o Estado tem um compromisso irrecusável com o processo cultural. Importa simplesmente exercer certas ações que tenham consequência favorável àquele princípio, como parece ser, aliás, o Pacto Cultural proposto por Reynaldo Jardim. A problemática que envolve a política ou a não política fica inteiramente ofuscada pelo substrato resultante das declarações atribuídas ao jornalista D'Almeida Jaccoud, secretário de Cultura, com que defende uma política cultural para o Distrito Federal. Nas duas situações o processo cultural é contemplado com ações concretas de apoio ao seu desenvolvimento.

Nesse particular, ganha fôlego o apelo de Jardim, na Carta de Sobradinho, no sentido de que os artistas promovam “no mínimo, uma rebelião cultural, exigindo um atendimento imediato para libertar a comunidade da requintada injustiça social”. Com essa inversão na direção da periferia, Reynaldo Jardim constitui a própria “rebelião permanente” em que ele pretende transformar a Fundação Cultural. E isso não deixa de ser uma forma elegante de exercer o poder, de mostrar, na prática, que é preciso avançar no tempo. Afinal, o Brasil inverteu o seu perfil populacional em apenas 40 anos. E hoje predominantemente urbano, mas uma rápida revisão em suas instituições indica que precisará de mais algumas décadas para evoluir na direção certa diante dessa nova e complexa realidade.

Trata-se, a rigor, de uma po-